

## A DIFICULDADE DOS MEDIADORES DE CRIANÇAS DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO INFANTIL NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.

Gabriela Santos de Oliveira <sup>1</sup>

Mylena Yasmin Melo Silva <sup>2</sup>

Orientador do Trabalho: Assunção José Pureza Amaral <sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo vai analisar, com base em relatos de mediadores, sobre as dificuldades no âmbito escolar quilombola de crianças com transtorno do espectro autista no ensino infantil em escolas localizadas em comunidades, discutindo a importância da mediação para a inclusão dessas crianças. No entanto, no contexto das comunidades quilombolas, destaca-se a carência de mediadores, evidenciando as dificuldades e diferenças enfrentadas no campo educacional. O objetivo principal deste estudo é retratar a realidade dos fatores negativos que afetam as dificuldades dos mediadores na escola no ensino infantil. A pesquisa adotada é uma abordagem exploratória e qualitativa, que será realizada por meio da aplicação de relatos e entrevistas com mediadores que atuam no ensino infantil da escola da Comunidade Quilombola São Pedro, no município de Castanhal- PA. Os fundamentos metodológicos deste estudo têm como referência autores como Lev Vygotsky, Jerome Bruner que discutem a importância de mediadores na escola, especialmente no ensino infantil e uma abordagem de Assunção Amaral, que enfatiza a educação quilombola e a educação escolar quilombola entre outros autores. Por meio deste trabalho, buscase ressaltar a importância desse profissional para apoiar os professores e oferecer suporte no desenvolvimento da criança incluída, mencionando algumas dificuldades, facilidades e propostas de adaptações.

**Palavras-chave:** Quilombo, Mediadores, Inclusão, Educação.

### INTRODUÇÃO

As dificuldades no âmbito escolar, sobre práticas inclusivas e a valorização da história afro-brasileira, são temas debatidos frequentemente. Porém, poucos questionados, quando se trata da união dos temas. Desse modo, este tema é polêmico entre os educadores e a sociedade, visto que a carência de educadores formados e profissionalizados, especificadamente sobre a educação inclusiva na rede municipal de ensino no estado do Pará. Portanto, no contexto sobre o âmbito escolar quilombola, torna-se a falta desses profissionais mais evidente.

---

<sup>1</sup>Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, [gabyoliveira.191004@gmail.com](mailto:gabyoliveira.191004@gmail.com);

<sup>2</sup>Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, [mylenayasmim3@gmail.com](mailto:mylenayasmim3@gmail.com);

<sup>3</sup> Professor orientador: Dr. Em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental; Faculdade de Pedagogia UFPA, [amaral12j@gmail.com](mailto:amaral12j@gmail.com)

E, quando tratamos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o processo inclusivo, as escolas apresentam certas dificuldades, principalmente o desconhecimento dessa deficiência e a falta de um professor de apoio (mediador) para cada criança. Nesse contexto, a inclusão da criança, principalmente na Educação Infantil que exige um conhecimento específicos sobre os conceitos e práticas na sala de aula. Tendo assim, métodos, para poder haver a adaptação de atividades de sala e de casa, e a rotina do aluno autista. Destacando-se, também os problemas enfrentados pela família do aluno com TEA, que vai além da falta de informação e a aceitação sobre o transtorno, incluindo diversos obstáculos recorrentes.

O fundamento metodológico deste estudo retrata que muitos autores fazem discussões acerca desta temática, sobre a importância do mediador para orientar o apoio significativo para o aluno, como Vygotsky, Bruner e Ross (1976, p.90) criaram outro conceito importante; o “andaime” processo que habita uma criança ou um aprendiz a resolver um problema, executar a tarefa, alcançar um objetivo que estaria além de seus esforços se não houvesse assistência.

Assim, o "andaime" é uma metáfora para o processo pedagógico em que o educador oferece apoio contínuo, mas temporário, ajustado às necessidades do aluno, com o objetivo de promover a autonomia no aprendizado. Vygotsky (1978) defende que a aprendizagem é “mediada e que a interação com outras pessoas e com artefatos culturais influenciam e geram mudanças na forma como as crianças agem e se comportam”. Portanto, para Vygotsky, a aprendizagem é um processo social e colaborativo, em que o mediador desempenha um papel crucial ao facilitar o entendimento e o desenvolvimento da criança através dessas interações.

A questão da Educação Infantil, é fundamental para o desenvolvimento das crianças. Essa mediação, que beneficia esse ambiente que oferece uma educação respeitosa e inclusiva. Desse modo, no Quilombo de São Pedro vem de um questionamento, de como os profissionais lidam com Transtorno Espectro Autista (TEA) na Escola Municipal de Ensino Fundamental Fernando Nunes no município de Castanhal, na região do Pará que possui o Ensino Infantil, Ensino Fundamental menor e maior. O quilombo São Pedro, apresenta o foco na cultura e valorização da história afro-brasileira e ressignificação de sua memória estabelecida de geração a geração, bem como as ações afirmativas em processo de lutas pelos direitos étnico-racial.

A abordagem de Rodrigues e Amaral (2022, p.130) que enfatiza a educação quilombola e relata:

Um dos maiores problema a ser enfrentado pelas escolas do campo é o de desenvolver uma educação que atenda os objetivos e anseios dos povos que compõem os territórios campestres, pois estes desejam mais que uma escola dentro de seus territórios, almejam que esta reflita suas práticas, maneiras de viver, seus costumes, suas identidades. Pelo fato de o ensino, em muitas dessas escolas, não levar em consideração a realidade local, a educação escolar acaba por não responder as expectativas do povo e os alunos são levados a não progredirem adequadamente no ensino, acarretando outros prejuízos.

Portanto, essa ligação a necessidade de uma educação que interage a realidade cultural e social desses territórios. As escolas, muitas das vezes, não conseguem refletir sobre as práticas e identidades das comunidades quilombolas, e o que dificulta o desenvolvimento de estratégias adequadas para atender às necessidades específicas de alunos autista. Além disso, a falta de recursos e formação especializadas para mediadores agrava o desafio de proporcionar um ambiente inclusivo e respeitoso.

A partir desse contexto, esta pesquisa levanta o seguinte problema: Como a falta de formação e especialização dos profissionais de educação, aliada à falta de informação e à ausência de profissionais em âmbito escolar quilombola, que afeta o atendimento adequado de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas. Com base nisso, o objetivo principal deste artigo é retratar a realidade dos fatores negativos que afetam as dificuldades dos mediadores na escola no ensino infantil.

A realização da pesquisa no contexto sobre as dificuldades dos mediadores é favorável retratar devido a importância desse profissional para apoiar os professores e obter esse conhecimento necessário, para contribuir no desenvolvimento de aprendizagem como suporte do aluno, nas escolas do campo. Principalmente, a formação da fundamentação a ABA (Análise Aplicada do Comportamento) que contribui positivamente, como lidar com certas dificuldades, facilidade e propostas de adaptações necessárias, e a importância do acompanhamento terapêutico vinculado com a pedagogia e fundamental para o desenvolvimento da criança.

## **METODOLOGIA**

Este artigo que está em andamento, foi utilizado a abordagem qualitativa, com o objetivo da realização de relatar as dificuldades dos mediadores em sala de aula e de como

esse profissionais lidam com as crianças, bem como a aplicação de instrumento de coleta de dados (entrevista semiestruturadas), em uma escola da rede municipal de Castanhal do estado do Pará, onde soubemos que nas turmas de ensino infantil não há mediador, porém, 02(dois) profissionais; 1 (um) professor, 01 (um) coordenador. Poderam contribuir para a pesquisa.

No entanto, o objetivo da entrevista é ouvir desse profissionais quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos mediadores no processo de ensino e aprendizagem de alunos com TEA. A escolha da escola, foi a partir de um “Programa de Extensão e Pesquisa Universidade no Quilombo”, um projeto que tem o objetivo de exercício de responsabilidade, recriação e re-significação do ambiente e seus projetos de levar as comunidades próximos da Universidade Federal do Pará, campus Castanhal, onde são desenvolvias atividades por alunos bolsista de pedagogia e vonlutarios do projeto.

Desse modo, se deu ao identificamos em umas das ações desenvolvidas reparamos 1 (um) mediador e 1 (uma) criança autista. Portanto, acreditamos que esse profissional poderá nos trazer informações esclarecedoras acerca dessas dificuldades e desafios da escola e da sala de aula.

E, a partir de diversos revisões sistematizadas de artigos e estudos desenvolvidos na área de interesse, direcionando a atenção para um referencial bibliográfico envolvendo a questão central que permeou o desenvolvimento desta pesquisa desenvolvidae de 2023 à 2024: *Quais são as dificuldades enfrentadas por mediadores de crianças do Espectro Autista no Ensino Infantil na Comunidade Quilombola de São Pedro-PA?* A fim de responder ao questionamento e ao objetivo da pesquisa realizada, analisamos diferentes estudos tendo base a teoria de Vygotsky e Brunner, a qual descreve como as interações sociais influenciam o desenvolvimento cognitivo da criança.

No Quilombo, durante nossos estudos efetivados nossa pesquisa no Quilombo de São Pedro no Município de Castanhal, na E.M.E.F. Fernando Nunes Rodrigues a qual nos permitiu adentramos em um universo peculiar de crianças negras pertencentes a uma cultura singular, onde um povo de cultura afro-brasileira, o qual vive a valoração e ressignificação de memórias estabelecidas por geração, como as ações afirmativas engendradas em um processo de lutas pelo direito étnico-racial.

Na qual, a educação quilombola efrenta desafios como enfatiza Rodrigues e Amaral (2022, p.124);

A educação nos dias atuais caminha entre conquistas, perspectivas e desafios, pois ter acesso à educação, principalmente de qualidade, é algo que não alcança a todos, sendo que o desenvolvimento de uma educação significativa não depende somente dos professores, pois muitos são os fatores que interferem no acesso e desenvolvimento de uma educação de qualidade, porém decisões respeito necessitam a serem tomadas, principalmente em relação aos professores do campo, e mais especificamente das escolas quilombolas que enfrentam inúmeras dificuldades para desenvolver um ensino de qualidade.

Desse modo, os autores ressaltam que essas dificuldades não se restringem ao trabalho dos professores, mas envolvem uma série de fatores que afetam o desenvolvimento educacional, como recursos escassos, políticas públicas insuficientes e condições adversas enfrentadas pelas escolas dessas comunidades. Portanto, a luta por uma educação quilombola de qualidade se conecta com a luta pelos direitos étnico-raciais, com ações afirmativas sendo essenciais para garantir que essas comunidades tenham as condições necessárias para desenvolver um ensino que valorize sua cultura e história, ao mesmo tempo que atenda às necessidades contemporâneas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Muitos desafios são enfrentados na educação, principalmente em comunidades quilombolas que onde a educação é desenvolvida no campo, que apresentam a precariedade da estrutura das escolas, formação dos professores, a qualidade da merenda, recursos didáticos, e entre outros. Segundo, Rodrigues e Amaral (2022, p.130):

“As populações do campo na Amazônia sofrem com déficit de políticas públicas, reformas, incentivos, financiamento, formação produtiva, saúde, educação, habitação, segurança, assistência, etc. que contemplem a diversidade cultural do território brasileiro.”

Porém, apesar da Declaração de Salamanca (1994), da LDB 9.394/96, da Lei 12.764/12 (Lei Berenice Piana), dentre outros documentos que amparam legalmente os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais, (especificamente das pessoas com TEA), ainda há o desrespeito e/ou desconhecimento sobre esses direitos.

No entanto, a pessoa com TEA, obtém o determinado direito que esclarece, que o aluno autista deve ter alguém especializado para acompanhá-lo. Dessa maneira, os direitos da pessoa com TEA: Art. 3º.

São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

[...] IV - o acesso:

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular,

nos termos do inciso IV do art. 2o, terá direito a acompanhante especializado. (BRASIL, 2012).

O Art. 3º da Lei nº 12.764/2012 assegura à pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem o direito ao acompanhamento especializado, especialmente para alunos em classes regulares que comprovem essa necessidade. No entanto, as famílias com membros autistas enfrentam dificuldades na aplicação prática dessa lei, principalmente devido à ausência de políticas públicas eficazes e falta de informação sobre esses direitos.

Conclui-se que, embora existam garantias legais para uma vida digna e acompanhamento especializado, a falta de apoio público e a carência de informações comprometem o cumprimento das exigências legais. Essas dificuldades evidenciam a necessidade de políticas públicas que assegurem suporte adequado e inclusivo para pessoas com TEA. Além disso, a formação continuada de professores é fundamental para a educação inclusiva, pois a ausência de atualização pedagógica limita o desenvolvimento de estratégias eficazes, criando lacunas no aprendizado e dificultando a inclusão escolar.

Nesse contexto, reforça-se o papel fundamental do professor não só como transmissor de conhecimento, mas como um mediador ativo, que constrói uma ponte entre o aluno e o ambiente escolar. Isso, como o Documento Subsidiário da política de inclusão (2005, p. 25) reforça que:

“a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais produz impasses no cotidiano escolar que exigem um constante repensar das práticas pedagógicas é importante a análise de alguns aspectos do contexto atual da inclusão no país”.

Portanto, confirma-se que a atualização constante do professor é indispensável para lidar com a complexidade do ensino inclusivo, proporcionando um espaço educacional mais justo e adaptado para todos. O reconhecimento da necessidade de constante dos professores é crucial para enfrentar os desafios do ensino inclusivo, especialmente ao lidar com alunos que possuem Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esse processo de formação continuada não apenas capacita os educadores a implementar práticas pedagógicas mais eficazes, mas também os ajuda a entender as particularidades do desenvolvimento humano típico e atípico.

A compreensão das diferenças no aprendizado, conforme discutido por Vygotsky, é essencial para que os professores possam planejar intervenções adequadas e personalizadas que atendam às necessidades de cada aluno.

A criança começa a recorrer a caminho direto, a resposta é dificultada, ou seja, quando as necessidades de adaptação que se colocam diante da criança excedem suas possibilidades, quando, por meio da resposta natural, ela não consegue dar conta da tarefa em questão (Vygotsky, 2011, p.865).

Vygotsky destaca que a adaptação de crianças com dificuldades envolve a superação de barreiras que vão além de suas capacidades naturais. Quando essas crianças enfrentam desafios que exigem respostas que ainda não desenvolveram, a educação assume um papel fundamental. O uso de técnicas culturais e símbolos adaptados é uma estratégia que permite criar um ambiente de aprendizagem mais acessível e enriquecedor.

[...] Aqui a educação surge em auxílio, criando técnicas artificiais, culturais, um sistema especial de signos ou símbolos culturais adaptados às peculiaridades da organização psicofisiológica da criança anormal (Vygotsky, 2011, p. 865).

Além disso, a visão de Bruner sobre a interdependência do aprendizado que não ocorre isoladamente, mas sim em um contexto de relações e suporte social reforça a ideia de que um ambiente educacional bem estruturado e colaborativo é vital para o desenvolvimento dos alunos.

“O trabalho da inteligência de um indivíduo nunca é solo. Não pode ser entendido sem levar em conta suas referências de reserva, notas, programas de computador, [...] rede de amigos, colegas, ou mentores a quem a pessoa se apoia para ajuda e conselho” (Bruner, 1991, p. 3.)

O autor reforça a ideia de que um ambiente educacional bem estruturado e colaborativo é vital para o desenvolvimento dos alunos. Dessa forma, ao estabelecer conexões entre a formação dos professores e as teorias de desenvolvimento, fica evidente que um espaço educacional justo e adaptado para todos requer não apenas habilidades técnicas, mas também uma compreensão profunda das dinâmicas de aprendizado e das necessidades específicas de cada estudante. Essa abordagem é essencial para promover uma educação inclusiva e eficaz, onde cada aluno possa alcançar seu pleno potencial.

Ao se referir às reflexões de Vygotsky, Oliveira (2009, p. 58) salienta que “o aprendizado é que possibilita o despertar de processos internos de desenvolvimento que, não fosse o contato do indivíduo com certo ambiente cultural, não ocorreriam”. Nesse sentido, a presença de alguém capaz de levar o aprendiz a alcançar graus mais elevados em seu desenvolvimento. Ressalta a necessidade de um ser humano mais capacitado em determinada área para mediar o outro em seu processo de aquisição de conhecimento.

Na área da pesquisa em questão, algumas investigações sobre as dificuldades de mediadores, e como trabalha com crianças autista envolvendo novos conhecimentos

como a autoras Araujo *etal.* que verificaram “Aprendizagem de uma segunda língua a por alunos com transtorno do Espectro Autista (TEA)” que tem como objetivo da pesquisa realizada, a análise de diferentes estudos tendo por base a teoria sociointeracionista de Vygotsky, a qual descreve como as interações sociais influenciam o desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança.

Além disso, a pesquisa efetuada tem com o objetivo de melhorar o desenvolvimento e a interação desses alunos em contextos pedagógicos por meio, sobretudo, de exercícios de comunicação espontânea em sala de aula e da utilização de meios tecnológicos de comunicação. Pese-se a principal demanda decorrente de qualquer boa iniciativa: a necessidade de melhor formação docente, de melhor qualificação aos profissionais da educação para lidarem de forma mais consciente e eficaz com as deficiências de seus alunos.

No entanto, através da pesquisa a autora Magalhães *etal.*, (2017), sobre as “Práticas Inclusivas de Alunos com TEA: Principais Dificuldades na Voz do professor e mediador”, beneficiou positivamente, pois, a pesquisa presente tem como objetivos investigar as dificuldades enfrentadas pelos professores e mediadores em sala de aula e identificar as práticas e intervenções pedagógicas mais eficientes direcionadas para a aprendizagem de crianças autistas. Destacando, relatos das entrevistas serão ampliados em trabalhos posteriores, bem como as observações que continuarão sendo realizadas no decorrer deste ano para planejamentos de novas práticas, com o objetivo de melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A abordagem da pesquisa exploratória e qualitativa, que foi realizada por meio da aplicação de relatos e entrevistas com mediadores que atuam no ensino infantil da escola da Comunidade Quilombola São Pedro, no município de Castanhal- PA. No entanto, tivemos a oportunidades de realizar observação e conversação na escola, E.M.E.F Fernando Nunes Rodrigues em Castanhal-PA, que também possui o ensino infantil. Além disso, o local no também é realizado o Projeto de Extensão Universidade no Quilombo, no qual podemos observar que haviam alunos com TEA.

Portanto, para efetuar a entrevista tivemos acesso ao Diretor da instituição escolar, para efetuar a pesquisa, desse modo, utilizaremos para o professor que contribui para a pesquisa e aos relatos. A entrevista foi realizada somente com um professor, no



mês de setembro de 2024. A escola onde foi efetuada a pesquisa, obtém um foco, de ressignificação de suas memórias estabelecidas de geração a geração, como as ações afirmativas engendradas em um processo de lutas pelo direito étnico-racial. Os autores Amaral e Rodrigues (2022), sempre ressalta a importância que a escola deve inserir o aluno, se sinta parte da escola, porém, a realidade enfrentada pela comunidade, e sobre questão de desenvolver uma educação que atenda os objetivos e anseios dos povos, que almejam reflita as suas práticas, maneiras de viver, seus costumes e suas identidades.

Compreendemos que falar de educação no espaço de um Quilombo, nos remete a uma análise, específica do processo de ensino aprendizagem no cotidiano da infância negra. Houve boa receptividade para a realização deste trabalho tanto por parte da direção, como por parte dos coordenação e professores. Porém, não tivemos oportunidade de entrevistar mediadores da instituição e professores da sala específicas, e relatar a realidades e comportamento das crianças que possuem TEA.

Com a relação a entrevista realizada com o professor sobre as dificuldades enfrentadas pelos mediadores. Foi questionado sobre a informar de quantos mediadores havia no ensino infantil: e ele respondeu “Temos somente professora regente e de projetos na turma.” Diante a resposta, a instituição escolar tem cuidadora ou facilitador para alunos com TEA? “Na educação infantil não. Somente no fundamental menor.” Dessa forma, como pode ser tornar mediador em Castanhal pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED)? “Tem que ter especialização em educação especial/inclusiva.”.

A importância da formação continuada para professores, especialmente para lidar com as necessidades educacionais especiais, e autores como Paulon, Freitas e Pinho (2005), que sublinham como essa formação se torna essencial para a atualização pedagógica e para a prática docente eficaz. A carência dessa formação acaba criando uma "lacuna" que dificulta o acesso a novas abordagens e conhecimentos necessários para atender os alunos com necessidades especiais.

Além disso, Cunha (2013) ressalta que a prática docente exige etapas de observação, avaliação e mediação, as quais promovem um vínculo significativo entre o aluno, o professor e o ambiente escolar. Essa mediação, como destacado por Cunha, é fundamental para o desenvolvimento de um relacionamento positivo e eficaz, possibilitando a criação de um espaço inclusivo e de qualidade para todos os alunos.

Dessa forma, é possível perceber que o investimento na formação continuada do professor é um pilar essencial para garantir uma educação inclusiva e atualizada.

Contudo, voltando ao principal objetivo da pesquisa, quais são as dificuldades que os mediadores enfrentados na escola? “Creio que a maior é atender mais de 1 (um) criança em sala.”. Dessa forma, a partir de observação em outras escolas, e relatos de mediadores como, por exemplo no município de Santa Izabel-PA foi possível perceber que orientar mais de (1) um aluno em sala de aula, se destaca com uma das maiores dificuldades enfrentados por “estagiários” que não tem nem a formação específica sobre a educação inclusiva.

Em alguns casos, a direção escolar pede para o estagiário, que não tem formação específica, acompanhar o aluno que muitas das vezes não obtém laudo ou nenhuma investigação. Nesse contexto, Vygotsky (2011) sublinha que, para enfrentar os desafios de adaptação, uma criança típica busca caminhos indiretos, mas, quando essas demandas superam suas capacidades naturais de resposta, surgem dificuldades que exigem suporte especializado.

A falta de profissionais qualificados afeta tanto o estagiário, que se vê sobrecarregado com demandas complexas, quanto o próprio aluno, que perde a oportunidade de um atendimento especializado e mediado. A classificação de apoios pela APA (2014) evidencia a necessidade de diferentes níveis de suporte (exigindo apoio, apoio substancial e apoio muito substancial), reforçando a importância de intervenções personalizadas.

Portanto, ressalta a ideia de Bruner (1991), que destaca a inteligência como um processo social e colaborativo, nutrido pelas interações com mentores e outros recursos. E Oliveira (2009), ao refletir sobre Vygotsky, reforça que o desenvolvimento é impulsionado pelo aprendizado em ambientes culturais apropriados. Assim, a presença de mediadores capacitados é essencial, não apenas para garantir o aprendizado acadêmico, mas para fomentar o desenvolvimento integral dos alunos, criando um espaço onde eles possam superar seus desafios com o apoio adequado.

Melhor dizendo, a presença de alguém capaz de levar o aprendiz a alcançar graus mais elevados em seu desenvolvimento. A necessidade de um ser humano mais capacitado em determinada área para mediar o outro em seu processo de aquisição de conhecimento. Portanto, a presença de mediadores capacitados no ambiente escolar é

crucial, pois eles desempenham um papel fundamental ao guiar o estudante, promovendo não só a aquisição de conhecimento, mas também o desenvolvimento integral em interação com o meio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos concluir de forma parcia, já que esse trabalho é um passo inicial que, evidencia-se que a pesquisa realizada na escola da Comunidade Quilombola São Pedro, em Castanhal-PA, ressalta tanto a importância quanto as dificuldades enfrentadas para a implementação de uma educação inclusiva e culturalmente relevante. A análise qualitativa demonstrou que, apesar dos esforços das instituições escolares e dos educadores, há uma carência significativa de mediadores capacitados para atender às necessidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Essa lacuna afeta diretamente a qualidade do ensino oferecido e o desenvolvimento dos alunos, especialmente em contextos onde há demandas específicas, como em comunidades quilombolas. O estudo confirmou a importância da formação continuada para que os docentes possam responder adequadamente às necessidades de uma sala de aula inclusiva. No entanto, a escassez de profissionais especializados, junto à falta de apoio institucional, sobrecarrega os estagiários e professores, muitas vezes sem formação adequada, dificultando a criação de um ambiente acolhedor e eficaz para todos os alunos.

Como apontado por teóricos como Vygotsky e Bruner, o aprendizado significativo é mediado e depende de um suporte qualificado que possibilite o desenvolvimento das capacidades cognitivas e sociais das crianças. Assim, para que o ensino nas comunidades quilombolas se torne realmente transformador, é fundamental que as políticas públicas priorizem a formação e a inserção de profissionais com especialização em educação inclusiva e que respeitem a identidade cultural desses territórios.

Esclarecemos que esses resultados, a partir dos relatos e entrevistas efetuados na escola (E.M.E.F Fernando Nunes Rodrigues – São Pedro, no Município de Castanhal-PA). Conclui-se, portanto, que é necessário um compromisso tanto do município quanto do Estado para promover uma educação que valorize a diversidade, garantindo uma inclusão efetiva e proporcionando às crianças com TEA o suporte necessário para seu pleno desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. J. P. **Quilombo now: O Dossiê da Black Amazon**: Castanhal, PA, UFPA, Faculdade de Letras: UFPA, Faculdade de Pedagogia; Vol. 2, p. 152, 2022.
- ARAÚJO, K. M. S.; FARIAS, M. L. B. M.; CONTIERO, L. **APRENDIZAVEM DE UMA SEGUNDA LÍNGUA POR ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA); CINTEDI V Congresso Internacional de Educação Inclusiva & V Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva**; Rio Grande do Norte, p. 1-12/ ISSN: 2359-2915.
- BRUNER, J. **A construção narrativa da realidade**. *Critical Inquiry*. v. 18, n. 1, p. 1-21. 1991.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração das pessoas portadoras de Deficiência, 1994.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U., dezembro de 1996, Brasília, 1996.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U., dezembro de 1996, Brasília, 1996.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: SEESP, 2007.
- BRASIL. **Lei Berenice Piana**. Institui a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012.
- CUNHA, E. **Autismo na escola**: Um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. Rio de Janeiro, Wak editora, 2013.
- MAGALHÃES, Célia de Jesus Silva et al. **Práticas inclusivas de alunos com tea: principais dificuldades na voz do professor e mediador**. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 21, n. esp. 02, p. 1031-1047, nov. 2017.
- OLIVEIRA M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio histórico**. São Paulo: Scipione, 2009.
- VYGOTSKY, L. S. **Thought and Language**. Cambridge, MA: MIT Press, 1962.
- \_\_\_\_\_. **Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes**. In: COLE, M. et al (orgs). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.
- VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11.ed. São Paulo: Ícone, 2010
- WOOD, D.; BRUNER, J. S; ROSS, G. The Role of Tutoring in Problem Solving. **Journal of Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines**, v. 17, n. 2, p. 89-100, 1976.